
RATIFICAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
[DISPENSA N.º 022/2022DI]

UNIDADE SOLICITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS COM ELABORAÇÃO DE PROJETO DE GASES MEDICINAIS E GLP PARA O HOSPITAL MUNICIPAL WALTER LEÃO ROCHA, DESTE MUNICÍPIO DE SEBASTIÃO LARANJEIRAS - BA

VALOR: R\$ 6.087.96 (Seis mil, oitenta e sete reais e noventa e seis centavos), global.

VIGÊNCIA: de 02/05/2022 16/05/2022

CONTRATADO: MUTTI SANTANA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA
CNPJ: 17.260.797/0001-69

DOTAÇÃO:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	05.05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PROJETO/ATIVIDADE	10.302.0008.1.818 – GESTÃO DAS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ELEMENTO DE DESPESA	3.3.90.39.00 – Outros serviços terceiro – Pessoa Jurídica

JUSTIFICATIVA: A contratação da referida empresa especializada para realização de projeto visando implantação da rede de gases medicinais no Hospital Municipal Walter Leão Rocha, justifica-se por o município não dispor em seu quadro, profissional qualificado para elaboração e desenvolvimento do mesmo. Ainda assim, conforme projeto solicitado pela secretaria demandante, visa-se obter estudo técnico de viabilidade técnica-econômica para implantação do referido sistema.

A publicação do ato de dispensa ou DISPENSA, consoante o exposto no Acórdão do TCU n.º 1.336/2006 Plenário, somente se aplica às compras diretas cujo valor seja superior aos valores contidos nos incisos I e II do art. 24 da Lei n.º 8.666/93, caso em que a deverá publicar o extrato correspondente no Diário Oficial. Conforme dispõe o Manual de Compras Diretas do TCU.

Orientação Normativa nº 33-AGU, de 13 dez 11:

"O ato administrativo que autoriza a contratação direta (art. 17, §§ 2º e 4º, art. 24, inc. III e seguintes, e art. 25 da Lei nº 8.666, de 1993) deve ser publicado na imprensa oficial, sendo desnecessária a publicação do extrato contratual".

Orientação Normativa nº 34-AGU, de 13 dez 11:

"As hipóteses de DISPENSA (art. 25) e dispensa de licitação (incisos III e seguintes do art. 24) da Lei nº 8.666, de 1993, cujos valores não ultrapassem aqueles fixados nos incisos I e II do art. 24 da mesma lei, dispensam a publicação na imprensa oficial do ato que autoriza a contratação direta, em virtude dos princípios da economicidade e eficiência, sem prejuízo da utilização de

meios eletrônicos de publicidade dos atos e da observância dos demais requisitos do art. 26 e de seu parágrafo único, respeitando-se o fundamento jurídico que amparou a dispensa e a DISPENSA".

**FUNDAMENTAÇÃO
LEGAL:** Lei 8.666/1993 - Artigo 24 - Inciso I

**PARECER
JURÍDICO:** ANEXO

RATIFICAÇÃO

Em vista das justificativas e fundamentações retro, **APROVO** a realização da despesa, independente de licitação.

Sebastião Laranjeiras - Bahia, 02 de maio de 2022.

PEDRO ANTÔNIO PEREIRA MALHEIROS
Prefeito